

# Brasília, ano 2000

**S**ó há um reparo a fazer ao projeto da SHIS de construir nos próximos dois anos cinco mil apartamentos em Brasília para a "classe média". E quanto ao seu conceito de classe média. Com 190 mil cruzados por mês — a faixa de renda que dará acesso aos novos imóveis — não se classifica ninguém na classe média. Trata-se, portanto, de um programa para a população de baixa renda, necessário e urgente. Se a SHIS tem possibilidade de executá-lo que o faça logo, porque este é, para todos os estratos sociais, o mais sério dos problemas conjunturais desta cidade.

Há que se equacionar também o problema da classe média, em face de cujos interesses sucessivos Governos têm-se mantido indiferentes. É um problema sério agora e seriíssimo no futuro. Os estatísticos prevêem para o Distrito Federal uma população de 5 milhões de habitantes no ano 2000, daqui a doze anos. Como se apresentará então o problema habitacional?

Brasília deve dedicar-se agora a pensar no futuro com base nas dificuldades do presente. E deve fazê-lo com realismo. Não será possível conter a expansão demográfica porque inexistem instrumentos efetivos. Teremos que aceitá-la como inelutável e preparar a cidade para a realidade nova que se vai criar. É preciso criar espaços novos para a expansão urbana e, talvez, redefinir os critérios de utilização dos espaços disponíveis hoje. Nossa configuração urbana é perdulária sob alguns aspectos e avara sob outros.

Em nossa paisagem convivem apartamentos padronizados e *dachas*, um ao lado do outro, acentuando diferenciações

sociais incompreensíveis em uma cidade projetada para abrigar funcionários públicos. Por que deveremos manter, em pleno Plano Piloto, terrenos de 5, 10 e 20 mil metros quadrados para fins habitacionais? Neles os serviços públicos, como iluminação, rede telefônica, etc., se tornam extremamente onerosos para o Estado, porque servem a poucos.

Não se recomenda, porém, a adoção de medidas apressadas, que se emulem só na conjuntura. Brasília não só é uma cidade complexa, por ser atípica, como representa um patrimônio nacional que precisa ser conservado na sua integridade urbanística. Mas se impõe conciliar os diferentes interesses que aqui interagem de modo que as preocupações estéticas, louváveis, não constituam um fim em si mesmas. O bem-estar social é o fim último da própria existência da cidade.

Recomenda-se a convocação da inteligência brasileira para, junto à comunidade local, discutir Brasília do ano 2000. Quais as variáveis imutáveis nessa trajetória e quais aquelas sobre as quais poderemos interferir? O que desejamos para Brasília? Que seja uma grande e caótica metrópole ou uma metrópole habitável? A situação atual ainda nos permite um certo nível de planejamento. Daqui a pouco nada mais poderá ser feito e a cidade será conduzida por sua própria dinâmica, tal como ocorre em relação aos grandes centros urbanos do País.

O governo Joaquim Roriz, um Governo de transição para a autonomia, poderia dedicar-se a esta tarefa, a de projetar as grandes linhas do futuro. É uma tarefa gratificante e relevante.